



OBSERVANDO A REALIDADE DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) EM LAGARTO/SE

Anderson Ferreira Lopes¹
Ariane da Silva Cunha de Jesus²
Tatiane Silva Santos³

GT1 - Educação de Crianças, Jovens e Adultos.

RESUMO

Este artigo apresenta o relato das experiências vivenciadas por alunos com deficiências que estudam na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) no município de Lagarto/Sergipe, discutindo a dicotomia existente entre o direito assegurado pela Constituição Federal de 1988, bem como, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/96) e a realidade existente que serve de barreira na luta destas pessoas pelo direito de serem incluídos socialmente. Os resultados obtidos apontam a importância da EJA na vida de seus envolvidos, apesar de existir a necessidade de transformações estruturais urgentes, qualificação dos profissionais envolvidos e a efetiva aplicação destes direitos adquiridos por parte das políticas governamentais vigentes.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Alunos com Deficiências. Inclusão. Educação Inclusiva.

RESUMEN

Este artículo presenta relatos vividos por alumnos con discapacidades que estudian en la modalidad de Educación de Jóvenes y Adultos (EJA) en el municipio de Lagarto / Sergipe, discutiendo la dicotomía existente entre el derecho asegurado por la Constitución Federal de 1988, así como, Ley de Directrices y Bases de la Educación Nacional (9.394 / 96) y la realidad existente que sirve de barrera en la lucha de estas personas por el derecho de ser incluidos socialmente. Los resultados obtenidos apuntan la importancia de la EJA en la vida de sus involucrados, a pesar de existir la necesidad de transformaciones estructurales urgentes, calificación de los profesionales involucrados y la efectiva aplicación de estos derechos adquiridos por parte de las políticas gubernamentales vigentes.

Palavras-chave: Educación de Jóvenes y Adultos. Alumnos Con Discapacidad. La Inclusión. Educación Inclusiva.

¹Graduando do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade Dom Pedro II. E-mail: <oficialandersonlopes@gmail.com>.

²Graduando do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade Dom Pedro II. E-mail: <arianeeklesia@gmail.com>.

³Mestre em Ensino de Ciências Naturais e Matemática, Professora da Faculdade Dom Pedro II, Professora de Educação básica da Secretaria de Estado da Educação de Sergipe. Membro do Grupo de Pesquisa em Inclusão Escolar da Pessoa com Deficiência. E-mail: <tatissbio@yahoo.com.br>.



INTRODUÇÃO

O presente trabalho é resultado das reflexões acerca da inclusão de alunos com deficiência que estudam na modalidade de ensino de Educação de Jovens e Adultos - EJA. Este estudo apresenta uma análise a respeito da inclusão escolar dos alunos com deficiência e, conseqüentemente as suas vivências, através de entrevistas com estes alunos ou ex-alunos da EJA do município de Lagarto-SE.

A metodologia de investigação é qualitativa numa perspectiva exploratória e busca responder a seguinte questão: Como ocorre a inclusão de alunos com deficiência na Educação de Jovens e Adultos? Adentrando nessa questão, outra pergunta se evidencia: Quais são os desafios e as perspectivas dessa inclusão? Procurando responder a estas questões, os dados foram coletados através de uma entrevista semiestruturada com alguns alunos e ex-alunos com deficiência que fizeram parte desta modalidade de ensino, objetivando a busca de uma compreensão ampla desta realidade.

A princípio, esta modalidade de ensino era voltada prioritariamente para a alfabetização dos jovens e adultos do meio rural a partir da década de 1930, com a consolidação de um sistema público de educação. Como ressalta Alvarenga (2009), ao analisar o histórico da EJA, constata-se que ela tradicionalmente fora fragmentada entre perspectivas assistencialistas e compensatórias, e que foi sendo incorporada – a exemplo do que também ocorreu com a Educação Especial -, por Organizações não Governamentais, igrejas, movimentos sociais do campo como o Movimento dos Trabalhadores sem Terra - MST, e instituições como UNESCO e Abrinq. No âmbito Federal, projetos pontuais como o Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL -, o Movimento de Alfabetização Solidária ou a criação de órgãos específicos como a Fundação Educar, marcam essa trajetória histórica que parece confundir a EJA com a alfabetização de adultos ou com os movimentos de educação popular.

Posteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394 de 1996 (Brasil, 2004, p. 102) trouxe na organização didática de nossos sistemas, com capítulo específico em que destaca a Educação de Jovens e Adultos como modalidade de ensino a ser incorporada no conjunto das políticas de educação básica, e oferecida regularmente pelos sistemas públicos e privados de ensino.

Para tal, ponderar a EJA sob o foco da inclusão é de suma importância enquanto modalidade de ensino que atende a uma população específica que possui características



próprias e que, precisa de oportunidade para desenvolver seu potencial papel de agente transformador na sociedade. Como a EJA tem princípio de acolhimento daqueles sujeitos excluídos do mundo escolar regular e procura incluí-los em seu retorno à vida escolar e social, é importante também discutir a inclusão de públicos específicos dentro da EJA, visto que, mais que nunca, a inclusão abrange o atendimento não somente àqueles que apresentam dificuldades em seu processo de ensino aprendizagem, mas também o atendimento aos alunos com deficiências.

A discussão sobre a educação inclusiva dentro da EJA mostra-se de suma importância na sociedade atual, visto que, embora o número do público com deficiência tenha crescido no âmbito regular de ensino com a garantia de acesso através de leis específicas como a LDB (9.394/96), caracteriza-se como inferior ao compararmos com a quantidade de jovens e adultos que ainda são analfabetos em nosso país.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2014, ainda contabilizávamos 8,3% de analfabetos e 17,6% de analfabetos funcionais. Ao somarmos esses índices verificamos que, na verdade 35,9% da população brasileira não leem ou lê e não entende o que leu, inclusive, este índice pode aumentar se verificarmos isoladamente determinadas regiões onde os percentuais são maiores.

Infelizmente, essa realidade é bem mais alarmante quando falamos sobre os índices de analfabetismo da população com algum tipo de deficiência. Segundo Ferreira (2012, p. 75) “Jovens e adultos com deficiência constituem hoje ampla parcela da população de analfabetos no mundo porque não tiveram oportunidades de acesso à educação na idade apropriada.”

Portanto, se faz essencial refletir sobre como os alunos com alguma deficiência devem ser atendidos na EJA, uma vez em que a Constituição Federal (1988) é categórica, explicitando que todos têm o direito à educação e ao acesso à escola, sem que haja nenhum tipo de exclusão. Ressaltando ainda que, segundo o Art. 3, inciso IV da lei supracitada é um dever do Estado “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (Constituição da República Federativa do Brasil, 1988).

Diante desta propositura, cabe questionar qual a melhor maneira de proporcionar uma educação inclusiva que seja efetiva aos alunos com deficiência na EJA e que englobe a todos, sabendo que possuem características e necessidades próprias e individuais. Sobre isso,



Ferreira (2012, p.79) declara “A invisibilidade das pessoas com deficiência gera crenças infundadas, resultado da ignorância geral sobre o que seja ‘deficiência’ em termos de sua ampla variedade de manifestações, limitações e possibilidades.”

ALUNOS COM DEFICIÊNCIA QUE ESTUDAM NA EJA

Frente ao contexto histórico, a Educação de Jovens e Adultos em nosso país, ganhou legitimação com a Constituição Federal de 1988 e, posteriormente, com a LDB nº 9394/96, em virtude das lutas efetivas dos movimentos sociais que ocasionaram grandes conquistas. Assim, apenas a partir da LDB, a Educação de Jovens e Adultos - EJA é inaugurada como modalidade de ensino, sendo oferecida sob responsabilidade do Estado.

Conforme destaca Arroyo (2006, p. 19):

O campo da Educação de Jovens e Adultos tem uma longa história. Diríamos que é um campo ainda não consolidado nas áreas de pesquisa, de políticas públicas e diretrizes educacionais, da formação de educadores e intervenções pedagógicas. Um campo aberto a todo cultivo e onde vários agentes participam. De sementeiras e cultivos nem sempre bem definidos ao longo de sua tensa história (ARROYO, 2006, p. 19).

É a partir da falta de consolidação desta modalidade que se coloca como desafio coletivo a reconfiguração da EJA, não mais com o caráter compensatório ou assistencialista construído historicamente, mas, como parte da Educação Básica, destinada a atender jovens e adultos com suas bagagens e vivências. Jovens que carregam consigo, para o contexto escolar os “tensos processos de sua formação mental, ética, identitária, cultural, social e política” que compõem seu processo de formação e aprendizagem (ARROYO, 2006, p. 25).

É dentro do contexto desses jovens e adultos que buscam a EJA e que trazem em seu percurso formativo as dificuldades e marcas de tantas situações de exclusão social que encontra-se a presença, como em outros campos da vida social, de pessoas com deficiência, que buscam no acesso à educação, as oportunidades e meios de dar continuidade ao seu desenvolvimento humano e social, possibilitando assim, sua inclusão no convívio social e dando fim ao conceito estereotipado de incapacidade destes indivíduos. Em relação a essa modalidade de ensino, conforme aponta Di Pierro (2005, p. 1121), “ainda mais notável é a escassez de conhecimento sobre as pessoas com necessidades especiais (...)”.

Notoriamente, a escola regular ainda se mostra como padronizada e praticada de



uma forma em que, quem não se enquadrar, será excluído, não sendo planejada para acolher a diversidade dos indivíduos. Contudo, nos últimos tempos, vem sendo instigada a assegurar práticas educativas comuns e diversificadas que sejam capazes de proporcionar possibilidades e acesso a todos os educandos, respeitando as suas próprias particularidades e necessidades.

Durante a IV Conferência Internacional de Educação de Adultos, realizada no Brasil, sinalizou-se, dentre outros aspectos, que:

A educação inclusiva é fundamental para a realização do desenvolvimento humano, social e econômico. Preparar todos os indivíduos para que desenvolvam seu potencial contribui significativamente para incentivá-los a conviver em harmonia e com dignidade. Não pode haver exclusão decorrente de idade, gênero, etnia, condição de imigrante, língua, religião, deficiência, ruralidade, identidade ou orientação sexual, pobreza, deslocamento ou encarceramento. É particularmente importante combater o efeito cumulativo de carências múltiplas. Devem ser tomadas medidas para aumentar a motivação e o acesso de todos (UNESCO, 2009, p. 15).

Neste processo de inclusão, cada indivíduo se torna fundamental na embaraçosa rede de relações que constitui o ser social. Nesta rede de relações inclui-se o alunado da EJA, modalidade de educação que segundo Ferreira (2012, p.82) “inclui grande número de excluídos do processo educacional. A perspectiva de inclusão de amplas camadas da população que foram historicamente excluídas, remete à EJA um papel social fundamental”. Assim, evidencia-se que este papel tornou-se uma dívida social, principalmente por parte dos governantes, para estas camadas suprimidas. Assim sendo, a realidade atual aponta para a inclusão também de outros excluídos, ou seja, a dos indivíduos com deficiências.

Portanto, no contexto cada vez mais evidente de educação inclusiva, faz-se necessário essa reflexão no sentido de promover uma educação que dê oportunidade a todos, sem discriminação, ao mesmo tempo que se faça cumprir a lei no atendimento para aqueles com algum tipo de deficiência, dando-lhes todas as condições necessárias para o acesso e permanência à escola. Nas palavras de Carvalho, (2004, p. 77):

A Letra das leis, os textos teóricos e os discursos que proferimos asseguram os direitos, mas o que os garante são as efetivas ações, na medida em que se concretizam os dispositivos legais e todas as deliberações contidas nos textos de políticas públicas. Para tanto, mais que prever há que prover recursos de toda a ordem, permitindo que os direitos humanos sejam respeitados, de fato. Inúmeras são as providências políticas, administrativas e financeiras a serem tomadas, para que as escolas, sem discriminações de qualquer natureza, acolham a todas as crianças, independentemente de suas condições físicas,



intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas ou outras (CARVALHO, 2004, p. 77).

O relatório que resultou do último Censo Escolar da Educação Básica divulgado pelo MEC em 2016 e que aponta os desafios da universalização do ensino não apresenta os dados referentes aos alunos com deficiência na EJA, em específico, o que acarreta a dificuldade em estabelecer um recorte fundamentado da realidade deste público, bem como as estatísticas referentes a este público específico. Mas os relatos dos profissionais da área apontam indícios desta ampliação, que não podem ser desconsiderados.

A inclusão dos alunos com deficiência não se impõe pelo fundamento expresso em lei, mas sim pela atenção especializada e diferenciada que vai além das adaptações físicas das escolas, fazendo-se necessário um engajamento preciso e iminente para atingir a inclusão.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo teve como referência metodológica a pesquisa exploratória, a partir da perspectiva do estudo de caso, ou seja, o estudo de uma realidade local e suas especificidades, além de proporcionar uma visão geral de determinado fato, do tipo aproximativo (GIL, 2008).

Os dados foram coletados por meio de entrevista semiestruturada, elaborada através de um roteiro pré-elaborado e desenvolvida para os três alunos com deficiência. Foram realizados registros de gravações de áudio em formato digital, com uso de gravador, mediante aceitação prévia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para posterior transcrição literal, e análise.

A presente investigação contou com a participação da coordenadora municipal da EJA do município de Lagarto/SE ainda na fase inicial, na qual foi concedido aos pesquisadores um levantamento do quantitativo de alunos com deficiência matriculados na EJA em 2017. Posteriormente, foram entrevistados três alunos com deficiência que estudam(vam) na modalidade de Educação de Jovens e Adultos em uma escola inclusiva da Rede Pública Municipal de ensino de Lagarto/Sergipe. Do mesmo modo, foram utilizados os relatos de duas professoras que ensinam a estes alunos.

Para manter o sigilo das identidades dos alunos, optou-se por nomeá-los de alunos A, B, C. Os alunos A e B estudam juntos e durante a entrevista contou-se com a participação e



comentários feitos pelas suas duas professoras que serão mencionadas e intituladas de X e Y. Já a aluna C é ex-aluna da modalidade e foi entrevistada posteriormente.

RESULTADO E DISCUSSÃO

A partir dos dados fornecidos pela secretaria municipal, constatou-se que em 2017 haviam sido matriculados apenas três alunos na modalidade. Entretanto, apenas os alunos A e B estavam estudando regularmente, já que uma terceira aluna havia desistido por falta de transporte com acessibilidade para sua locomoção até a escola.

Diante o exposto, pode-se constatar uma lastimável realidade, na qual, um aluno desistiu por não possuir o direito básico como a locomoção. É importante frisar que direitos fundamentais como este, estão assegurados na LDB, mais especificamente no Art. 4, inciso VIII garantindo que o acesso à escola se dará pelo “atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde” (Lei de Diretrizes e Bases 9.394, 1996).

Foram entrevistados três alunos. Anos A, B e C, sendo a terceira, denominada como aluna C uma ex-aluna da EJA, que atualmente encontra-se cursando o ensino superior. Destaca-se o fato de Lagarto ser o terceiro município mais populoso de Sergipe e conter uma população estimada em 2017 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 104.099 habitantes, onde, segundo o levantamento feito pelo Município e disponibilizado pela coordenadora, conta com 2.367 alunos matriculados na EJA, mas, apenas dois alunos com deficiência encontram-se matriculados nesta modalidade de ensino. Segundo a coordenadora, parte deste baixo índice de alunos com deficiência matriculados nesta modalidade de ensino se dá pelo fato de o município conter vários povoados que concentram quase metade da população, sendo esta parcela em sua maioria moradora da área rural, fato que alavanca a dificuldade no acesso destes alunos a escolas que ofertem a EJA. A rede municipal de ensino conta com o total de 16 escolas que disponibilizam a EJA.

A ALUNA A E SUA REALIDADE

A aluna A tem 20 anos de idade, estuda o ensino fundamental/médio e possui deficiência intelectual. Ela demonstrou ser tímida, pouco falou. Durante a entrevista, ficou percebido pelos pesquisadores que a aluna teve espontâneo interesse em demonstrar o que



havia aprendido e que sabia pintar (uma de suas paixões). Durante sua fala pôde-se notar que sua família a estimulava a estudar, fato primordial para sua inclusão na EJA:

[...] minha família sempre me apoiou a estudar, minha mãe vem me trazer e buscar todo dia e está sempre me ajudando a aprender o conteúdo e a realizar todas as tarefas [...] foi através do estímulo dela que pude começar a estudar aqui e a desenvolver algumas coisas que gosto muito como pintar e escrever.

Incontestavelmente, a família sempre se faz importante neste processo de aprendizagem pois é onde todos encontram sua fortaleza. Assim, a família se faz no maior instrumento de influência para a continuação dos estudos, em que a vida familiar proporciona, através de seu ambiente físico e social, as condições necessárias ao estímulo da superação. Cambuzzi (1998) em seu trabalho, afirma que:

É importante notar que as famílias são imprescindíveis no processo educacional dos filhos, pois, as crianças demonstravam que estavam desenvolvendo autonomia, conscientização do outro e a convivência em grupo. Lembra que vale salientar que é fator fundamental a parceria escola/família, pois são agentes de transformação em termos individuais e, coletivamente, favorecem a mudança de visão, ainda distorcida, que a sociedade tem à respeito do deficiente (1998, p.90).

A aluna A afirmou que dificuldades existem, e que o acesso à escola não é tão fácil. Outra colocação da aluna é que a sociedade ainda olha com olhos de reprovação como se não houvesse capacidade para estudar e, há pouco investimento governamental, mas a força de vontade fala mais alto.

Durante uma entrevista, duas professoras se faziam presentes, as chamamos de X e Y. Apesar de não terem sido entrevistadas, elas interagiram e demonstraram comportamentos distintos. Enquanto a professora X demonstrava através de seus comportamentos ter uma capacidade para saber lidar com a aluna, a outra, mostrou-se despreparada e impaciente, constantemente querendo limitá-los, não dando espaço para seu desenvolvimento. Após ser repreendida pela professora Y em uma atividade que desenvolvia de forma errada, a aluna A imediatamente disse: “Eu sou burra”. É indissociável pensar que tais conceitos ao serem assimilados podem resultar em danos psicológicos.

Perante esta realidade, a formação de professores torna-se num aspecto que merece ênfase quando se aborda a inclusão. Muitos dos professores sentem-se inseguros e ansiosos diante da possibilidade de receber uma criança com necessidades especiais na sala de



aula. Há uma queixa geral de estudantes de pedagogia, de licenciatura e dos professores: “Não fui preparado para lidar com crianças com deficiência” (LIMA, 2002, p.40).

O ALUNO B E SUA REALIDADE

O aluno B possui 22 anos de idade, estuda o ensino fundamental na mesma classe da aluna A e também possui deficiência intelectual, em seu caso um pouco mais grave. Por ter um nível mais elevado de deficiência, pouco falou. Visivelmente demonstrou gostar de estar naquele ambiente e se sentir incluso, apesar de também relatar que as dificuldades encontradas para seu acesso à escola, como a distância entre sua casa e o ambiente escolar acabam desestimulando. Transpareceu ser uma pessoa muito gentil e educado. Constantemente quis chamar atenção de todos para expor suas potencialidades. Ele demonstrou ter uma aproximação maior com a aluna A, possivelmente por se identificarem como “iguais” naquele ambiente.

Ao discutir o papel da afetividade no cotidiano da EJA, Correia, Heidrich e Rateke (2007), destacaram que garantir a permanência destes jovens e adultos na escola é mais difícil do que o acesso, já que a oferta de vagas, local e proximidade da escola, ou até sua estrutura pedagógica, suas metodologias e avaliações são condições necessárias para promover a permanência, mas que o principal encontra-se no ambiente harmônico e na possibilidade de criar vínculos entre seus componentes possibilitando o contexto acolhedor e favorecendo interações com sentimento de coletividade e colaboração.

Durante a entrevista, a professora X relatou que ambos os alunos A e B possuíam acesso ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) em uma outra escola. No Atendimento Educacional Especializado, são disponibilizados diversos recursos para a fomentação de uma educação digna para os alunos com deficiência. Também relatou que ambos contam com materiais e apoio pedagógico para facilitar seus aprendizados.

Assim, enfatiza-se a importância do AEE que perante suas diretrizes estabelece uma modalidade de ensino da educação especial que “[...] identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas.” (BRASIL, 2008, p.16). Capaz de propiciar um bom desenvolvimento em todos os aspectos fazendo com que o aluno torne-se mais independente e autônomo.



A ALUNA C E SUA REALIDADE

A aluna C possui deficiência visual, atualmente tem 31 anos de idade e quando estudou na EJA possuía 24 anos. Ela relatou que durante sua passagem pela EJA encontrou muitas dificuldades, a começar pela falta de incentivo dos próprios pais que a questionavam o motivo pelo qual ela deveria estudar.

A respeito disto, faz-se necessário destacar que a família tem importância primordial neste contato da pessoa com deficiência com a escola e outras instituições. A educação inclusiva possui uma meta primordial que é a integração das pessoas com deficiência. Segundo Glat (1996), a família pode exercer um papel fundamental nesse processo. Para a autora, contudo, faz-se necessário investigar as causalidades desta relação e considerar dois pontos: No primeiro, a facilitação ou impedimento que a família traz para a integração na comunidade e, no segundo, o fato de que, se a pessoa com deficiência está bem integrada na família sentir-se-á melhor para dividir o espaço com os outros e vice-versa.

Durante seu relato a aluna C afirmou ter se deparado com várias dificuldades na própria escola que frequentava. Dentre elas, a falta de ambiente adaptado para a acessibilidade de pessoas com deficiência, bem como não haviam materiais adequados ou qualquer outro tipo de didática em que ela realmente se sentisse incluída.

Abordando as dificuldades citadas acima, deve-se mencionar a importância de acessibilidade, pois segundo o Decreto nº 5.296 (Dec nº 5.296 de 02/12/2004), acessibilidade está relacionada em fornecer condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Outro ponto importante refere-se aos materiais e didáticas empregadas pois, o uso de materiais e recursos deve se caracterizar pelo envolvimento dos alunos em uma situação de aprendizagem ativa. Segundo Passos (2012), eles devem servir de suporte experimental na organização do processo de ensino e aprendizagem e como mediadores para facilitar a relação professor-aluno-conhecimento, sempre que um saber estiver sendo construído.

No relato da aluna C, ela deixou bem claro as condições que enfrentou:

[...] eu não tinha incentivo de ninguém. Fui estudar por força de vontade minha. Via todo mundo indo a escola e me perguntava: Porque eu não posso estudar? Sentia essa necessidade de me incluir também na sociedade pois me



sentia capaz. Fui eu mesma na secretaria de educação solicitar transporte para minha locomoção e, após muita insistência foi que consegui. Também tive que ir eu mesma fazer matrícula e buscar todo o suporte necessário para continuar na escola já que ninguém me apoiava. Com o tempo, todos foram se acostumando e vendo que eu realmente era capaz.

Diante deste prisma, percebe-se a partir da fala desta aluna, que tal pensamento ainda é vigente em nossa sociedade. Cronologicamente, a história do homem refletem esse pensar discriminatório, pois é mais fácil prestar atenção aos impedimentos e às aparências do que aos potenciais e capacidades de tais pessoas.

Outro empecilho mencionado pela aluna foi a falta de preparação de sua professora e da equipe pedagógica da escola. A professora tratou-a como inferior e não sabia como lidar com tal situação, era totalmente despreparada.

Deste modo, faz-se necessário também, dentre outras providências para a verdadeira inclusão, a formação adequada do professor desde a sua formação inicial até as formações complementares e contínuas, em que através deste engajamento contínuo estará apto a unir a teoria com a prática, tendo como primordial o comprometimento social em prestar um adequado ensino-aprendizagem, compreendendo as especificidades de cada um, buscando superar as limitações recorrentes daqueles com algum tipo de deficiência. Isso porque "(...) além de uma boa formação inicial, é necessário o seu contínuo aprendizado e a articulação desse a outros saberes já existentes" (ALMEIDA, 2005, p. 18).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de todo o debate existente na educação e o incentivo à inclusão e da busca pela ampliação do acesso à educação, existem alguns desafios indispensáveis para conseguir uma real inclusão, como a necessidade da (re)construção de uma proposta curricular que vise ao atendimento das necessidades pedagógicas de todos alunos; a precária política de acolhimento e permanência dos alunos; a deficiência na oferta de formação específica dos professores para o atendimento dos alunos jovens e adultos com algum tipo de deficiência.

Diante da fala das professoras das alunas A e B, pudemos observar que, apesar de concordarem com a permanência desses alunos, elas se mostram muito angustiadas, pois não receberam nenhuma formação inicial para realizar um trabalho adequado e continuam sem receber a formação continuada. Por sentirem a necessidade de formação, buscam por conta própria, mas o acesso a essa formação nem sempre é fácil.



Também a fala da aluna C relata a falta de capacitação de toda a equipe pedagógica, bem como, estruturas básicas da escola, precípuas para a inclusão de tais alunos. Fato que não pôde ser comprovado com os dados desta pesquisa, visto que não fazia parte dos objetivos

Ressalta-se ainda que se disponibilizem aos professores de Educação de Jovens e Adultos, os saberes e recursos pedagógicos necessários ao atendimento das necessidades específicas dos alunos, assegurando aos professores estruturas de apoio para a realização de práticas pedagógicas compatíveis com as necessidades desses.

Através da realidade visualizada nesta escola, constatou-se uma contradição entre o que prega a lei e a realidade, sendo necessário combater essa disparidade e buscar uma real educação inclusiva. A inclusão de alunos na EJA, principalmente os com algum tipo de deficiência é um dever do Estado diante da tamanha lacuna construída historicamente em nosso país em que tais grupos foram segregados e marginalizados. É por meio da ação dos indivíduos envolvidos na educação, e que desejam fazer a diferença, que se contribui para a construção de novas histórias baseados numa perspectiva focada na filosofia freiriana que deve-se promover a inclusão, seja ela nas salas de aulas, nos espaços públicos ou privados.

A volta aos bancos escolares em idade adulta é, pois, muito mais que uma atitude compensatória de recuperar o tempo perdido na infância e de apenas alfabetizar estes alunos, mas uma oportunidade da EJA mostrar o seu potencial de educação permanente e indispensável ao desenvolvimento do indivíduo enquanto ser social que precisa sentir-se incluso na sociedade. Principalmente no que tange aos alunos com deficiências, que necessitam de atenção maior e de oportunidades para atestarem suas capacidades.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. **Caminhos para uma inclusão humana: Teoria e Prática**. Lisboa: Edições Asa, 2005.

ALVARENGA, Márcia Soares. **Da Cegueira à orfandade: a questão da cidadania nas políticas de alfabetização de jovens e adultos (1947 – 2002)**. Revista HISTEDBR on-line, Campinas, n. 36, p.200 – 215, dez 2009.

ARROYO, Miguel Gonzales. **Educação de jovens-adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública**. In SOARES, Leôncio, GIOVANETTI, Maria Amélia e Gomes (org.) **Diálogos na Educação de Jovens e Adultos**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. (p. 91 – 05).



BRASIL. Constituição (1988), Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.

BRASIL. **Decreto Nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2018.

BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Coleção: Trabalhando com a Educação de Jovens e Adultos**. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), Brasília, 2006.

CAMBRUZZI, Rita de Cássia Silveira. **Estimulação Essencial ao portador de Surdez**. Anais do III Congresso Ibero-Americano de Educação Especial, volume 3. Foz do Iguaçu – PR: Qualidade, 1998. p. 86-90

CARVALHO, Rosita Édler. **Educação Inclusiva: Com os Pingos nos “is”**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

DI PIERRO, M. C. **Educação de Jovens e Adultos**. In: OLIVEIRA, D.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. Dicionário de trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: Faculdade de Educação; Universidade Federal de Minas Gerais, 2010. p. 8.

GADOTTI, Moacir e José Romão (Orgs.). **Educação de Jovens e Adultos – Teoria, prática e proposta**. São Paulo: Cortez, 2001.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GLAT, Rosana. **O papel da família na integração do portador de deficiência**. Revista Brasileira de Educação Especial. Vol. II, nº4, 1996. p.111-118.

G1.COM. **Taxa de analfabetismo cai 4,3 pontos percentuais em 14 anos, diz IBGE**. Disponível em: <<http://glo.bo/1WWb8IO>> Acesso em: 12 de fevereiro de 2018.

FERREIRA, A. B. de H. **Dicionário Aurélio básico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

FERREIRA, W. B. **EJA & deficiência: estudo da oferta da modalidade EJA para estudantes com deficiência**. In: PAIVA, J.; BARBOSA, M.J.; FERREIRA, W. B. Educação de Jovens e adultos: o que dizem as pesquisas. Recife: Gráfica J. Luiz Vasconcelos, 2009. p. 75-128.

FERREIRA, M.C.C. **A prática educativa e a concepção de desenvolvimento psicológico de alunos com deficiência mental**. 1994. 160 f. Tese (Doutorado em Educação)–Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 13 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. 150p.

LIMA PA. **Educação Inclusiva e igualdade social**. São Paulo; AVERCAMP, 2002.

MAFFEZOL, Roberta Roncali; GÓES, Maria Cecília Rafael de. **Jovens e adultos com deficiência mental: seus dizeres sobre o cenário cotidiano de suas relações pessoais e**



atividades. In: reunião anual da associação nacional de pós-graduação e pesquisa em educação, 27, 2004, caxambu (MG).

MEC. **Censo Escolar da Educação Básica 2016 (Notas Estatísticas).** Disponível em: <<https://goo.gl/5mhDMZ>>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2018.

PASSOS, C. L. B. **Materiais manipuláveis como recursos didáticos na formação de professores de Matemática.** In: LORENZATO, S. (org.). Coleção Formação de professores, 3ª ed. Campinas: Autores Associados, 2012. p. 76 -92.

SIEMS, Maria Edith Romano. **Educação de jovens e adultos com deficiência: saberes e caminhos em construção.** Educ. foco, Juiz de Fora, v. 16, n. 2, p. 61-79, set 2011/fev 2012.

ALMEIDA, M. **Caminhos para uma inclusão humana: Teoria e Prática.** Lisboa: Edições Asa, 2005.

ALVARENGA, Márcia Soares. **Da Cegueira à orfandade: a questão da cidadania nas políticas de alfabetização de jovens e adultos (1947 – 2002).** Revista HISTEDBR on-line, Campinas, n. 36, p.200 – 215, dez 2009.

ARROYO, Miguel Gonzales. **Educação de jovens-adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública.** In SOARES, Leôncio, GIOVANETTI, Maria Amélia e Gomes (org.) **Diálogos na Educação de Jovens e Adultos.** 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. (p. 91 – 05).

BRASIL. Constituição (1988), Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.

BRASIL. **Decreto Nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2018.

BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Coleção: Trabalhando com a Educação de Jovens e Adultos.** Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), Brasília, 2006.

CAMBRUZZI, Rita de Cássia Silveira. **Estimulação Essencial ao portador de Surdez.** Anais do III Congresso Ibero-Americano de Educação Especial, volume 3. Foz do Iguaçu – PR: Qualidade, 1998. p. 86-90

CARVALHO, Rosita Édler. **Educação Inclusiva: Com os Pingos nos “is”.** Porto Alegre: Mediação, 2004.

DI PIERRO, M. C. **Educação de Jovens e Adultos.** In: OLIVEIRA, D.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. Dicionário de trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: Faculdade de Educação; Universidade Federal de Minas Gerais, 2010. p. 8.

GADOTTI, Moacir e José Romão (Orgs.). **Educação de Jovens e Adultos – Teoria, prática e proposta.** São Paulo: Cortez, 2001.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.



GLAT, Rosana. **O papel da família na integração do portador de deficiência.** Revista Brasileira de Educação Especial. Vol. II, nº4, 1996. p.111-118.

G1.COM. **Taxa de analfabetismo cai 4,3 pontos percentuais em 14 anos, diz IBGE.** Disponível em: < <http://glo.bo/1WWb8IO>> Acesso em: 12 de fevereiro de 2018.

FERREIRA, A. B. de H. **Dicionário Aurélio básico da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

FERREIRA, W. B. **EJA & deficiência: estudo da oferta da modalidade EJA para estudantes com deficiência.** In: PAIVA, J.; BARBOSA, M.J.; FERREIRA, W. B. Educação de Jovens e adultos: o que dizem as pesquisas. Recife: Gráfica J. Luiz Vasconcelos, 2009. p. 75-128.

FERREIRA, M.C.C. **A prática educativa e a concepção de desenvolvimento psicológico de alunos com deficiência mental.** 1994. 160 f. Tese (Doutorado em Educação)–Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** 13 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. 150p.

LIMA PA. **Educação Inclusiva e igualdade social.** São Paulo; AVERCAMP, 2002.

MAFFEZOL, Roberta Roncali; GÓES, Maria Cecília Rafael de. **Jovens e adultos com deficiência mental: seus dizeres sobre o cenário cotidiano de suas relações pessoais e atividades.** In: reunião anual da associação nacional de pós-graduação e pesquisa em educação, 27, 2004, caxambu (MG).

MEC. **Censo Escolar da Educação Básica 2016 (Notas Estatísticas).** Disponível em: <<https://goo.gl/5mhDMZ>>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2018.

PASSOS, C. L. B. **Materiais manipuláveis como recursos didáticos na formação de professores de Matemática.** In: LORENZATO, S. (org.). Coleção Formação de professores, 3ª ed. Campinas: Autores Associados, 2012. p. 76 -92.

SIEMS, Maria Edith Romano. **Educação de jovens e adultos com deficiência: saberes e caminhos em construção.** Educ. foco, Juiz de Fora, v. 16, n. 2, p. 61-79, set 2011/fev 2012.